

# **A implantação da Pedagogia Histórico-Crítica como proposta oficial de educação no estado do Paraná entre os anos de 2003 e 2010: apontamentos da política educacional na gestão do governador Roberto Requião**

**Luci Mara Mirandola**

**E-mail: [lucimirandola@msn.com](mailto:lucimirandola@msn.com)**

## **Resumo**

O projeto para educação no estado do Paraná entre os anos de 2003-2010 esteve pautado no discurso de reestruturação da educação pública com bases em uma teoria educacional contra-hegemônica, assim, a Pedagogia Histórico-Crítica, foi implementada como proposta oficial do estado como política educacional na gestão do governador Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB). Neste sentido, buscamos a compreensão histórica das ações governamentais e políticas públicas de “reestruturação” da escola para a classe trabalhadora, no período em questão, bem como elencar algumas ações efetivadas como proposta de mudanças, as peculiaridades e as intenções do discurso de resgate da educação pública do estado do Paraná.

Palavras-chave: Educação paranaense. Pedagogia Histórico-Crítica. Escola pública. Política educacional.

## **Introdução**

O processo de implantação da teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, no estado do Paraná a partir de 2003, como forma de contrapor-se às pedagogias burguesas, não se constituiu na primeira e única experiência de viés crítico no estado. Em 1981 por meio de Lilian Anna Wachowicz, integrante do grupo que sistematizou a PHC na PUC/SP coordenado por Dermeval Saviani, as diretrizes para educação paranaense, foram organizadas para compor as diretrizes de governo do candidato Jose Richa.

O momento era propício. No final da ditadura militar insaturada em 1964, havia grande acirramento das contradições sociais nesses anos finais do regime, assim, a década de 1980 não foi perdida, pois constituiu-se em cenário econômico, político e social favorável para o confronto de múltiplas perspectivas educacionais, neste sentido, abriu-se espaço para teorias críticas que se materializassem enquanto concepção de educação no Brasil.

Os partidos de oposição ao regime militar conseguiram, com apoio da base eleitoral popular, eleger governadores em vários estados do país. No estado do Paraná,

nas eleições de 1982, os governos estaduais foram eleitos pelo voto direto<sup>1</sup>. O partido que mais se destacou nas eleições desse ano foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que, entre 1964 e 1979, esteve constituído como MDB e agregou as oposições e a “[...] todos que se opunham ao regime militar, não importando sua origem de classe” (KUIAVA, 1993, p. 108). Em março de 1983, foi empossado o governador José Richa, que venceu as eleições de 1982, ancorado na fusão com o Partido Progressista.

Dentre os fatores que contribuíram para a vitória do PMDB no Paraná, estava a elaboração das diretrizes de governo<sup>2</sup>, com a colaboração e intensa atuação de intelectuais na campanha. Neste sentido, na proposta de educação coordenada pelo PMDB, o partido trabalhou para formação de diretrizes, de viés crítico para a política educacional a ser adotada.

Assim, o enfoque teórico-metodológico de linha crítica que fazia parte dos currículos dos cursos de mestrado e doutorado, em plena efervescência no país, mais especificamente os pressupostos metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica, veio ao encontro dos anseios políticos paranaenses, provocando a produção de materiais de difusão, materializados no documento *Diretrizes de governo: políticas de educação*, neste sentido, a gestão do governador José Richa (1983-1986) procurou seguir, para a educação, sua proposta e promessa de campanha eleitoral.

Na sequência, Álvaro Dias assumiu o governo do estado do Paraná no período de 1987-1990, eleito também pelo PMDB. Nesta gestão foi elaborado um documento para escola pública, com base nos pressupostos da PHC. O documento recebeu a denominação de *Currículo Básico para Escola Pública do Estado do Paraná*, legalizado pelo do Parecer CEE nº 242/91. Difundia a ideia de que o Currículo Básico deveria ser adotado por todas as escolas sem exceção. Consistiu em material único de apoio pedagógico distribuído para todas as escolas municipais e estaduais do estado do Paraná.

EM 1991, assume o governo do estado Roberto Requião de Mello e Silva, eleito pelo PMDB, defendendo que a educação, na gestão 1991-1994, teria como meta

---

<sup>1</sup> O PMDB elegeu governadores nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas, Acre, Pará e Paraná. O PDT elegeu governador no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Diretrizes condensadas em 11 documentos setoriais e sintetizadas em um único documento intitulado Democracia e justiça social – diretrizes de governo.

fundamental a tarefa de corrigir as deformações burocráticas, de complexas origens históricas; reestruturar a falência do ensino oficial, com intensa mobilização comunitária, por meio da integração entre o poder público e o magistério. Assim, com o título *Construindo a Escola Cidadã no Paraná*, Moacir Gadotti foi o responsável pela elaboração<sup>3</sup> da proposta norteadora da política educacional do estado do Paraná na gestão de Requião, nos anos 1991 a 1994.

Nesta perspectiva, em 2003, Roberto Requião (PMDB/PR) reassumiu o governo do estado, após dois mandatos consecutivos de gestão neoliberal do governador Jaime Lerner (1995-2002). O discurso de Requião (PARANÁ, 2003), apontou na defesa da educação e resgate da função social da escola pública e por meio da implementação de uma pedagogia crítica promover uma educação democrática para a classe trabalhadora.

### **O estado do Paraná: Governo Requião de 2003-2010, aparência e realidade, o dito e o feito**

Bastante polêmico, o governador Roberto Requião de Mello e Silva, mostrou-se determinado e insistente nas críticas às reformas neoliberais de seu antecessor. Apresentava a premissa de atenção às necessidades da classe trabalhadora e dos excluídos e a defesa dos interesses nacionais e populares. Crítico em relação à forma hegemônica existente e contrário às privatizações, o recém-eleito governador Requião afirmou categoricamente “Toda a minha campanha e todo o meu programa de governo terá como centro a proposta de mudança: mudança de prioridades, mudança de estilos” (PARANÁ, 2003a).

Mudanças do Estatuto da Polícia Civil, criação do *Projeto Povo*<sup>4</sup>, a eliminação da “banda podre”<sup>5</sup> na segurança, a anulação de contratos publicitários assinados na

---

<sup>3</sup> A proposta no Paraná, elaborada por Gadotti, teve como fundamentação teórica as seguintes referências: *Uma só escola para todos* (GADOTTI, 1990); *Escola vivida, escola pensada* (GADOTTI, 1992) e *Escola Cidadã* (GADOTTI, 1992). Em 1984, Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão, na época, pensadores integrados aos movimentos de abertura democráticos, compartilhavam princípios Freireanos. Eles elaboraram a primeira versão do projeto *Escola Cidadã: a hora da sociedade*.

<sup>4</sup> No *Projeto Povo, Policiamento Ostensivo Volante*, a Polícia Militar dispunha de computadores portáteis, que possibilitavam um contato direto e rápido com sua base, além de telefones celulares e novas viaturas.

<sup>5</sup> Uma das primeiras ações do governador Requião consistiu em assumir a Secretaria de Segurança por 90 dias. Seu objetivo declarado estava centrado na eliminação dos maus policiais, denominado como a “banda podre”, com isso seria feita uma limpeza na polícia paranaense e também a revisão de algumas legislações no setor (RESENDE, 2007).

gestão anterior e os projetos *Luz Fraterna*<sup>6</sup>, *Luz Legal*<sup>7</sup>, *Tarifa Social*<sup>8</sup>, além do programa de grande impacto social denominado *Leite das Crianças*<sup>9</sup> integraram algumas ações voltadas às classes populares. Fase esta que o governador denominava de “[...] fase inaugural de um novo tempo, [...] de reconstrução de uma sociedade sem fome, sem miséria, sem exploração, sem a ofensa e a humilhação da exclusão” (SILVA, 2003, p. 1).

Em relação à educação, considerada como a mais estratégica das políticas sociais, a nova equipe da Secretaria de Educação tinha consciência da necessidade de um conjunto de alterações e de uma nova organização estatal engendrada para o fortalecimento da educação pública, sucateada pelos preceitos neoliberais. A equipe mostrava-se obstinada em superar essas políticas que colocavam a educação a serviço do mercado. Assim, no sentido de dar um novo direcionamento à educação pública, como mecanismo de superação das exclusões sociais, advogavam-se os preceitos com base na fundamentação teórica e metodológica dos pressupostos marxistas.

### **A Política educacional no estado do Paraná: o discurso de superação das políticas neoliberais (2003-2010)**

O discurso de defesa da qualidade da educação básica constituiu a premissa para as mudanças preconizadas para a gestão 2003-2006. A política educacional tinha como meta pautar-se nos seguintes princípios: a) educação como direito, b) universalização do ensino, c) combate ao analfabetismo, d) escola pública gratuita e de qualidade, e) gestão democrática, f) apoio à diversidade cultural (PARANÁ, 2007a).

Para reformulação proposta, optou-se por formar uma equipe na SEED/PR com professores universitários, vinculados às instituições públicas estaduais. Profissionais que defendiam uma linha teórica crítica, que se contrapunham à política educacional da gestão anterior, fariam parte da equipe de estudo. Afirmou o secretário de educação que

---

<sup>6</sup> Os beneficiários deste Programa são os consumidores que utilizarem até 100 kwh/mês.

<sup>7</sup> Programa que visa regularizar o uso da energia elétrica em comunidades que a obtêm de forma clandestina. E o *Programa Energia Barata* coloca o Paraná como o Estado de menor tarifa de energia elétrica do país.

<sup>8</sup> Programa que buscou reduzir o valor da conta de água da população carente, um valor mínimo e acessível estipulado pelo consumo de dez metros cúbicos ao mês.

<sup>9</sup> Integrado pelas Secretarias do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), da Agricultura e Abastecimento (SEAB), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLA), da Educação (SEED) e da Saúde (SESA). O programa recebeu no ano de 2003 cerca de dez milhões de reais da SETP e beneficiou mais de dez mil crianças diariamente.

as “[...] ações iriam ao encontro a uma pedagogia crítica, que na tradição pedagógica tem sido chamada de progressista” (PARANÁ, 2010, p. 8).

De acordo com Fank (2007), a nova gestão não contou com uma composição de quadros consolidados por membros específicos do PMDB. Os professores escolhidos para fazerem parte da equipe da SEED foram de indicação do Secretário de Educação e dos movimentos populares. “Dessa forma, a composição dos quadros da equipe diretiva da Secretaria aproximou os professores das IES e da Universidade Federal do Paraná” (FANK, 2007, p. 84).

As críticas privatistas, presentes no discurso do governador, expressaram-se, mediante algumas ações, já no início de sua gestão. Muitos acordos contratuais foram encerrados em nome da valorização do público. Na formação e contratação de profissionais, houve realização de Concurso Público<sup>10</sup> para professores, pedagogos<sup>11</sup> e agentes de execução. Grande número de professores contratados temporariamente pelo regime Paraná Educação e CLT teve suas funções regularizadas.

Para garantir o acesso aos professores e alunos às tecnologias da informação e comunicação, as escolas paranaenses foram reformadas, ampliadas e adaptadas para receber o *Programa Paraná Digital*. Este Programa proporcionou a inserção de computadores ligados à internet banda larga, com salas próprias e climatizadas, facilitando a rotina escolar dos alunos, docentes e funcionários (ROCHA, 2011). Outras iniciativas na área das novas tecnologias, na gestão do governador Roberto Requião, foram essenciais para mediar à comunicação entre SEED/NRE/Comunidade escolar, o *Portal Dia-a-Dia Educação*, iniciativa pioneira no país, se tornou um importante espaço de divulgação de informações, notícias e materiais de conteúdos pedagógicos, de acesso livre.

Em todas as salas de aula das escolas paranaenses foram disponibilizadas a televisão multimídia, conhecida como TV *Pen-Drive*, totalizando 22 mil aparelhos, equipada com entrada USB, VHS, DVD, cartão de memória e saídas para caixas de som

---

<sup>10</sup> Edital nº 01/2003, publicado no Diário Oficial do Paraná e Editais de nº 34, 35, 36, 37 e 38, de 2004 ofereceram 3044 vagas, distribuídas no estado, para o cargo de professor pedagogo; 5500 vagas para professor de educação especial; 500 vagas para educação profissional e 899 vagas distribuídas no estado para as demais disciplinas que compõem a matriz curricular da educação. Disponível em <http://www.Cops.uel/concursos>.

<sup>11</sup> Até 2003, a função de pedagogo podia ser exercida por professores sem habilitação específica. À luz de uma concepção progressista de educação, na gestão 2003-2010, a função do professor pedagogo foi regularizada.

e projetor. A disponibilização desses recursos tecnológicos implicou na necessidade de capacitar os profissionais da educação, e a SEED preparou aproximadamente 270 técnicos para prestar auxílio aos NREs quanto à utilização das novas tecnologias.

Destacam-se ainda os programas *Patrulha Escolar Comunitária* atendendo as 2107 escolas paranaenses e tendo como princípio a prevenção e diminuição da criminalidade nas escolas e proximidades; o *Programa Viva Escola*, que envolvia atividades curriculares complementares de contra-turno; O *Projeto Fera e com Ciência*, que unifica trabalhos artísticos e científicos, organizados em um grande festival anual; além dos *Programas Paraná Alfabetizado, Adolescente Aprendiz e Casa Familiar Rural*. Um expressivo número de programas fez parte da política educacional do estado. Na prática, percebemos que as ações abrangeram todas as esferas da escola pública e campos do conhecimento, pensando na melhoria da escola pública.

Para uma melhor compreensão, destacamos na sequência, algumas experiências dos novos projetos educacionais, que, de acordo com a equipe de gestão, pautaram-se em ações que traduziam em ruptura com as políticas educacionais subordinadas ao economicismo. Em síntese, no conjunto de ações promovidas entre os anos de 2003 a 2010, que se propunham a criar e ampliar a estrutura educacional articulada com a educação das classes populares, de modo a dar respostas concretas à dívida social, às promessas de campanha e a contraposição das políticas educacionais da gestão anterior.

### **As semanas pedagógicas: análise da forma de intervenção teórica aos trabalhadores em educação**

Nos preceitos anunciados para a reorganização estrutural e conceitual da escola pública e nos documentos oficiais produzidos pela SEED/PR, encontram-se elementos que explicitam a defesa de formação dos docentes por meio de uma teoria crítica e de transformação da realidade. Houve bastante comprometimento por parte da equipe e NREs em organizar semanas pedagógicas que priorizasse a formação docente de acordo com as necessidades da educação pública. Em decorrência disto, tomando por base os textos elaborados para as “Semanas Pedagógicas”<sup>12</sup>, encaminhado às escolas, os autores

---

<sup>12</sup> A partir de 2005, todas as escolas paranaenses da rede pública de ensino passaram a organizar, em calendário previamente determinado e orientado pela Superintendência da Educação (SUED/PR), duas semanas pedagógicas no início de cada semestre letivo. Deveria contar com a presença de todos os

e textos distribuídos nas escolas buscaram fidelidade em relação aos postulados de uma teoria crítica, em especial com a Pedagogia Histórico-Crítica<sup>13</sup>. Os materiais elaborados para as semanas pedagógicas pautaram na leitura dos clássicos, rompendo com as releituras fragmentadas e ecléticas.

### **Diretrizes Curriculares Estaduais: o conhecimento científico como instrumento de recuperação da escola pública paranaense**

A reforma curricular foi um dos eixos da política de mudanças da SEED, neste sentido, o processo de elaboração das Diretrizes Estaduais Curriculares do Paraná, constituiu-se em um processo coletivo de estudo, pesquisa e de formação continuada. Ao analisar as relações epistemológicas e a coerência teórica entre os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica no material final que se constituiu como norteador do currículo do estado, percebeu-se fidelidade com a teoria crítica preconizada.

Foi definido pela equipe da SEED/PR um programa de reformulação curricular, que percorreria os caminhos da coletividade e da participação, assim, o produto dessa construção coletiva passou a ser denominado de Diretrizes Curriculares para o Estado do Paraná (DCEs). A elaboração, com início em 2004, envolveu professores das escolas públicas de diversos departamentos, configurando-se como mais uma via para estabelecer o sentido da democracia. Este processo foi permeado por encontros descentralizados e grupos de estudos orientados pela equipe da SEED/PR e professores dos Institutos de Ensino Superior por disciplinas, para discutir métodos, avaliar aspectos metodológicos e práticas educativas em sala de aula, tomando por base as premissas teóricas do materialismo histórico dialético.

### **A formação continuada: Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)**

---

profissionais da educação, seguindo o mesmo tema do roteiro estabelecido pela SUEP/PR (ROCHA, 2011).

<sup>13</sup> O primeiro evento denominado *Semana Pedagógica*, promovido pela Secretaria Estadual de Educação no Estado do Paraná, aconteceu em fevereiro de 1985. Esse evento, caracterizado como uma semana voltada às discussões e reflexões entre os profissionais da educação, teve como objetivo aproximar a escola das mudanças políticas e sociais que estavam acontecendo desde o início da década de 1980 (CUNHA, 1995).

A nova equipe defendia que a qualidade da educação estava relacionada à formação docente, e esta necessitava de “[...] pesquisa, reflexão, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção” (PARANÁ, 2005, p. 73).

Neste sentido, o estado começou a organizar-se a partir da Resolução 1457/2004, que criou a Coordenação de Capacitação dos Profissionais da Educação e instituiu o Conselho de Capacitação, passando a dar início ao processo de formação continuada da rede pública estadual. Previa a Resolução que a Coordenação de Capacitação deveria elaborar anualmente um plano de capacitação com projetos oriundos da SEED/PR, financiados pelas instâncias do Estado, nasce o *Programa de Desenvolvimento Educacional* (PDE), operacionalizado pelas IES e diretamente ligado ao plano de carreira; uma política educacional diferenciada, que resultou de uma negociação entre o candidato Roberto Requião e representantes da APP/Sindicato, uma política pública de formação continuada<sup>14</sup>. Consubstanciado na Constituição Federal de 1988, na LDBEN nº 9394/96 e no PNE, Lei 10.172/2001, o PDE paranaense foi concebido durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério, devido a uma parceria entre as Secretarias de Estado da Educação – SEED e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e as Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná.

Após intensos debates, a estrutura do Plano Integrado de Formação Continuada (PDE) foi definida em três grandes eixos: *atividades de integração teórico-práticas*, que consiste no projeto de intervenção pedagógica na escola, grupos de apoio à implementação do projeto e encontros de orientação com as IES; *atividades de aprofundamento teórico*, que compreendem os cursos nas IES, as inserções acadêmicas e teleconferências; e, *atividades didático-pedagógicas com suporte técnico*, abrangendo os Grupos de Trabalho em Rede (GTR), formação tecnológica e sistema de acompanhamento e integração em rede (SACIR).

De acordo com a SEED/PR, a proposta se ancora nos seguintes pressupostos:

---

<sup>14</sup>Instituído pela Lei complementar de nº 103, de 15 de março de 2004, publicada no Diário Oficial do Estado sob n. 6.687, de 15/03/2004 –, cuja súmula dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, e implementado pelo Decreto n. 4.482, de 14/03/2005 – publicado no Diário Oficial do Estado sob n. 6.933, em 14/03/2005. O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE está integrado às atividades de formação continuada em Educação. Em consequência das negociações com o Sindicato dos professores do Paraná (APP-Sindicato) o programa visa, também, promover o professor para o Nível III da Carreira, conforme previsto no Plano de Carreira do Magistério Estadual (POSSI, 2012).



- Reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento sobre o processo de ensino-aprendizagem;
- Criação de condições efetivas no interior da escola para promoção da construção coletiva do conhecimento;
- Organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na educação básica (PARANÁ, 2007b, p. 13).

O programa PDE, sem dúvidas, apresentou avanços em relação à formação docente. Entre os anos de 2006 a 2010, envolveram-se diretamente 7160 professores, com um número significativo de produções, que foram distribuídas entre intervenções na escola, produções de artigo e de materiais didático-pedagógicos. Somam-se a estes, os professores egressos do GTR, que, entre os anos de 2006 a 2010, somaram aproximadamente cerca de 50% dos professores da rede, em função do GTR acumular pontuação para avanço de carreira. O PDE, em 2010, deixou de ser uma política de governo e transformou-se em uma política pública de estado para os próximos dez anos.

### **Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado**

A Educação Básica integrada à Educação Profissional tem como ponto de partida a superação da proposta burguesa de educação. Sob este viés e como parte das mudanças preconizadas no estado, esta integração foi inserida na lista de alterações da política educacional e definida como mais uma meta prioritária de campanha do governador.

A nova equipe da SEED/PR se contrapôs ao favorecimento à concentração mínima de cursos profissionais com redução dos gastos para a educação profissional<sup>15</sup> e, sobretudo, opôs-se à iniciativa privada e à materialidade da Lei 2208/1997, que reformulou a educação na década de 1990. Ela procurou desenvolver ações que

---

<sup>15</sup> O Decreto nº 2208, de 1997, desvincula o Ensino Médio do Ensino Técnico e reforça o dualismo entre a formação profissional e a formação geral, tornando evidente no estado do Paraná um expressivo retraimento das matrículas no Ensino Médio Integrado. E ainda, a Resolução 04/99 e o Parecer CNB/CEB nº 16, de 1999, configuraram as diretrizes nacionais para os cursos técnicos de nível médio, apresentando a pedagogia das competências para a empregabilidade e organizando o ensino profissional por módulos (SALDANHA, 2010).

firmassem o compromisso do estado com a Educação Profissional e para que os fundamentos do desenvolvimento integral do indivíduo estivessem presentes no Ensino Médio paranaense.

Ante tais finalidades e após um diagnóstico socioeconômico realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) no ano de 2003, foram definidas pela equipe de Departamento da SEED/PR, por intermédio de um documento inicial que norteou os trabalhos da nova secretaria, as *Diretrizes para Educação Profissional da gestão 2003-2006*<sup>16</sup>.

Uma das primeiras ações do novo governador foi encerrar as atividades da PARANATEC<sup>17</sup> e criar o Departamento de Educação Profissional (DEP). Este Departamento se preocupou com a articulação entre as dimensões do trabalho e a formação profissional mediante as Propostas Curriculares integradas entre Ensino Médio e Educação Profissional. Caracteriza-se o início deste processo da seguinte maneira no documento base da SEED/PR.

Ressalta-se que, nesse período, foi aprovado o Plano de Expansão de Cursos de Educação Profissional pelo Parecer 1028/2003. Requião, ancorado no entendimento de que a LDBEN de 1996 não proibia a possibilidade de integração das duas modalidades, implantou, antes mesmo da revogação do Decreto 2208/1997, a integração entre a Educação Profissional e o Ensino Médio. Assim, em 2004<sup>18</sup>, o Ensino Médio articulado com a Educação Profissional, mesmo que em caráter experimental, ganhou espaço político no estado com a oferta de cursos profissionalizantes.

Neste sentido, o Decreto nº 5154, de 2004, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em virtude da urgência e do embate com as forças conservadoras

---

<sup>16</sup> Encontramos, detalhadamente, orientações para a Educação Profissional no documento *Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos*, elaborado pela SEED/PR com assessoria de Acácia Kuenzer, finalizado em 2006.

<sup>17</sup> PARANATEC: Empresa civil sem fins lucrativos, criada em 28 de agosto de 1995 pelo governador Jaime Lerner. O objetivo da PARANATEC consistia em integrar setor público, comunidade empresarial e instituições de ensino público e privado, visando proporcionar condições para reformulação e aperfeiçoamento contínuo do ensino técnico do Paraná. Como uma entidade civil e autônoma, cabia à PARANATEC administrar e propor cursos e currículos de forma flexível e diversificada. Para isto, contava com apoio financeiro do estado do Paraná (VIRIATO, 2007).

<sup>18</sup> O Estado do Paraná implantou, em 2004, “[...] cursos de Educação Profissional em nível técnico, com organização curricular integrada à formação geral, em 15 estabelecimentos que ofertam cursos do setor primário nas áreas agropecuária/florestal; em 5 que ofertam cursos do setor secundário, nas áreas eletromecânica/química; em 6 que ofertam cursos do setor terciário de comunicação e artes/informática/administração, da confecção/meio ambiente e nos 45 estabelecimentos que ofertam cursos na modalidade normal em nível médio para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental” (PARANÁ, 2005, p. 10).

que o Congresso exigia, respaldou a integração já realizada na Educação Profissional ao Ensino Médio no Paraná e conferiu legitimidade às ações no estado. “O Paraná saiu à frente, agora em uma posição contrária à assumida pelo governo federal e estadual anteriores” (GARCIA, 2009, p. 34).

Desta forma, os Colégios Agrícolas foram reestruturados e o número de vagas foi ampliado, sendo os cursos totalmente gratuitos. O estado ofertou 365 cursos na modalidade subsequente e 309 cursos de Ensino Médio Integrado até o ano de 2008. Embora a política educacional priorizasse a Educação Profissional Integrada, foi assumida a modalidade subsequente com formação no pós-médio.

Em síntese, pode-se constatar que a política de Educação Profissional implementada a partir de 2003, apresentou avanços e limites. Para os professores dos cursos de Educação Profissional na forma integrada, a efetivação da articulação e integração entre trabalho, ciência e tecnologia, tem sido de difícil realização, considerando que, de acordo com Kuenzer (2004, p. 21): “[...] a integração entre o conhecimento básico e técnico só é possível através da mediação do processo produtivo, o que não se resolve juntando conteúdos do Ensino Médio e os específicos da área técnica”.

Estabeleceu-se resgatar a escola para a classe trabalhadora e a superação histórica da dualidade entre o ensino que prepara para o trabalho produtivo e o ensino que prepara para o vestibular, porém vários fatores apontaram para que a integração não acontecesse. Dentre eles, podemos citar a discussão proposta pelo MEC/SETEC/SEB de um novo ensino médio integrado, o que caracteriza como uma “nova concepção” de educação para o mundo do trabalho.

### **Considerações finais**

Requião elegeu-se com o apoio de grande parte dos educadores, caracterizando cooptação de eleitores via sindicato (APP), visto que, a partir de 2003, inúmeras negociações da diretoria da APP com representantes do governo aconteceram. Muitas das ações preconizadas entre os anos de 2003 e 2010 foram realizadas mediante acordo entre o sindicato e o candidato ao governo do estado. No entanto, como o governo não se considerava representante dos interesses econômicos, as relações entre

APP/Sindicado e Governo Estadual foram personalizadas e interpessoais, descaracterizando o caráter de classe entre capital e trabalho, tendendo ao particularismo.

Nesse período, com o candidato a governador Roberto Requião, constatamos o discurso de transformação e mudanças acrescido da promessa de campanha em promover a reestruturação da escola pública, por meio da reimplantação da Pedagogia Histórico-Crítica como orientação pedagógica oficial do estado, iniciativa que constituiu-se em “carta-na-manga” do grupo político pró-Requião, como cooptação de votos entre os educadores.

Não podemos, de forma alguma, desconsiderar que o período das duas gestões consecutivas de Roberto Requião se diferenciou em diversos aspectos dos pressupostos educacionais pós-modernos. De um modo geral, a equipe da SEED/PR preocupou-se com a recuperação dos conteúdos, com a retomada dos conhecimentos científicos e com a formação teórica, antes esvaziada, aos docentes. Com tais ações, a estabilidade dos trabalhadores em educação foi assegurada não só pelas regras do jogo, como por diminuir a possibilidade de contestações e dissidências políticas.

Grande parte das ações efetuadas contribuiu com avanços na área social e, teoricamente, retomou certos princípios de base marxista que faziam análise crítica da sociedade capitalista. Possibilitou críticas ao sucateamento da escola pública e à superficialidade dos conteúdos escolares. Além disto, os acordos pré-eleitorais, tendo o PDE como exemplo, firmados com a APP, foram cumpridos no decorrer da gestão, porém sob o controle e a direção do governo.

Utilizou-se de temas como democracia, participação e valorização humana, porém sabe-se que a educação pública, para uma transformação efetiva implica uma reformulação estrutural, neste sentido, no período de gestão do governador Roberto Requião, apesar de avanços educacionais para a educação popular, serviu também para adaptar a educação pública aos interesses e à ideologia dominante. A educação passou por ajustes, com objetivo de “[...] corrigir algum detalhe defeituoso na ordem estabelecida, de forma a manter intacta as determinações estruturais da sociedade” (MÉSZAROS, 2007, p. 196). Neste sentido, as pedagogias contra-hegemônicas buscaram apontar o caminho de uma educação crítica e transformadora, no entanto, não

tiveram força suficiente para contrapor-se à estrutura de dominação que caracteriza a sociedade brasileira.

## Referências

ARIAS, Valéria. **A construção política do Plano de Educação Estadual do Paraná na gestão 2003-2006**: controvérsias acerca do processo democrático no espectro do Estado contemporâneo. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FANK, Elisane. **A construção das diretrizes curriculares para o ensino médio do estado do Paraná (gestão 2003-2006)**: avanços e limites da política educacional nas contradições do estado contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2007.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **A educação profissional integrada ao Ensino Médio no Paraná**: avanços e desafios. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão excludente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José C. et al. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR. 2004. p. 77-98.

KUIAVA, José. **Os bárbaros estão chegando**: o processo de democratização do governo Richa, no Paraná. 265 p. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: O socialismo no século XXI. Tradução Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

NADAL, Beatriz Gomes. A gestão do trabalho pedagógico no contexto das políticas paranaenses. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE – FORMAÇÃO DE PROFESSORES, Curitiba, 2008. Disponível em: <[www.pucpr.br/eventos/educere2008/pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere2008/pdf)>. Acesso em: dez. 2013.

PARANÁ. **Discurso de posse do Governador Roberto Requião**, pronunciado na Assembleia Legislativa do Paraná, em 1º de janeiro de 2003. 2003a. Disponível em: <[www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)>. Acesso em: 09 de abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Introdução às diretrizes curriculares estaduais.** Secretaria do Estado e Educação. Curitiba: SEED, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2007**, de 21 de julho de 2005. Dispõe sobre a formação de professores para a rede pública do estado do Paraná. Curitiba: SEED, 2005.

\_\_\_\_\_. **Orientações para a organização da semana pedagógica 2007:** estudos para a organização e elaboração do plano de trabalho docente. Curitiba: SEED, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Orientações para a organização da semana pedagógica/julho de 2007:** estudos para a organização e elaboração do Plano de Trabalho Docente. Curitiba: SEED, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Orientações para a organização da semana pedagógica: fevereiro de 2010.** Curitiba: SEED, 2010.

POSSI, Ester Hinterlang. **Programa de Desenvolvimento Educacional PDE/PR (2007-2009):** Um estudo sobre as transformações e permanências. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina

RESENDE, Daiane Carnelo. **Elementos decisivos na construção da posição e prática política de Roberto Requião de Mello e Silva.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROCHA, Vanessa. **Tempos de superação para educação paranaense?** Uma leitura do discurso oficial a partir dos documentos orientadores das semanas pedagógicas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2011.

SALDANHA, Leticia de Luca. **Avanços e contradições da política de educação profissional integrada no Paraná (2003-2010).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2010.

SILVA, Roberto Requião de Mello. **Pronunciamento no senado federal.** Brasília, DF. outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento>>. Acesso em: out. 2013.

VIRIATO, Edaguimar. **A publicização mercantil da educação profissional.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2007.